

Educação e tradição bantu: um legado necessário na formação de educadores/as

Regina Nené Argentina Có

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-Brasileira
Redenção, CE, Brasil

Ivan Costa Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-Brasileira
Redenção, CE, Brasil

RESUMO

O artigo discute o impacto de uma educação que possa valorizar as tradições culturais bantu no Brasil. Parte da pesquisa aprovada no Pibic/Unilab, 2024, objetivando contribuir na sistematização das bases epistemológicas da tradição bantu e na compreensão dos elementos que estruturam o candomblé de Angola. Os povos bantu remontam há mais de cinco mil anos, onde estabeleceram comunidades na maior parte da África subsaariana. Esta tradição chega ao Brasil no processo da escravização, constituindo o candomblé de Angola. Utilizou-se uma abordagem metodológica bibliográfica e documental, na ótica da história do tempo presente, para analisar o impacto de uma formação de educadores/as que valorize as filosofias bantu. Argumenta-se que uma educação que integra saberes e práticas das tradições bantu não apenas enriquece o ambiente escolar, mas também, fortalece a identidade cultural dos/as alunos/as, para que se sintam valorizados/as, contribuindo para a autoestima e o combate a preconceito e discriminações sociais.

Palavras-chave: Tradição bantu. Formação de educadores. Inclusão social.

Education and Bantu tradition: a necessary legacy in the training of educators

ABSTRACT

The article discusses the impact of an education that can value the Bantu cultural traditions in Brazil, part of research approved by Pibic/Unilab, 2024, aiming is to contribute to the systematization of the epistemological foundations of Bantu tradition and the elements that structure the Candomblé of Angola. The Bantu peoples date back more than five thousand years, having established communities in most of sub-Saharan Africa. This tradition arrived in Brazil through the process of enslavement, forming the Candomblé of Angola. A bibliographic and documentary methodological approach was used, from the perspective of contemporary history, to analyze the impact of training educators who value Bantu philosophies. It is argued that an education that integrates knowledge and practices from Bantu traditions not only enriches the school environment but also strengthens the cultural identity of students, so that they feel valued, contributing to self-esteem and the fight against prejudice and social discrimination.

Keywords: Bantu tradition. Educator training. Social inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é apresentado no âmbito do projeto de pesquisa “Educação e Epistemologia de Terreiros: Tradição Bantu e Candomblé de Angola, dimensões filosóficas na formação de educadores/as”, com a bolsa no Programa Institucional de Iniciação Científica da Unilab, por meio do edital PROPPG 02/2024 PIBIC-UNILAB/CNPq, sob a orientação do professor doutor Ivan Costa Lima, do curso de Pedagogia¹.

O projeto teve como objetivo discutir as bases epistemológicas da tradição bantu e a incorporação das dimensões filosóficas dessas tradições na formação de educadores/as, elementos que podem contribuir em promover a inclusão social, favorecendo um espaço de reconhecimento e de pertencimento das contribuições das religiões de matrizes africanas². Ressalta-se que, o papel do professor é fundamental nesse processo, ele não apenas transmite conhecimentos, mas também, atua como mediador. Com isso, entende-se que uma educação que inclui essas tradições pode contribuir em reverter uma situação de desconhecimento sobre este tema, elevando um diálogo intercultural, que enriquece tanto os/as alunos/as quanto os/as educadores/as.

Uma das perguntas centrais que orientaram este estudo foi: Como as tradições bantu podem ser incorporadas na educação de forma a enriquecer o aprendizado e promover a valorização da diversidade nas escolas? Para responder a essa pergunta, exploraremos diversos aspectos das tradições bantu, tais como: sua presença no continente africano, suas espiritualidades, práticas religiosas e o histórico da presença bantu no Brasil.

¹ O professor integra o Grupo de Pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global/Unilab-CE, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Como também, o trabalho foi submetido e aprovado dentro do GT1 – Religiões afro-indígenas, quilombolas, movimento negro, relações raciais e educação, dentro do Ciclo Formativo da Unilab, realizado de março a abril de 2025. Projeto aprovado na chamada CNPq/MIR n 2/2024 de apoio a eventos científicos relacionados à questão racial e as suas políticas: “II Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão do Núcleo de Estudos Xamanísticos na Amazônia (Neoxamam) – Unifesspa/PA: Ciclos Formativos: Epistemologias de Povos Tradicionais, Religiões de Matrizes Africanas, Xamanismos e Educação - Unilab/CE – Unifesspa/PA”.

² Religiões de matrizes africanas são aquelas constituídas no Brasil, pelos africanos escravizados/as contribuindo para afirmação de uma cultura ancestral, denominadas de candomblés, umbandas, tambor de minas, batuque, entre outros.

2 DIMENSÕES TEÓRICAS-METODOLÓGICAS

Para o foco deste trabalho, debatemos como essas práticas culturais de tradição bantu podem ser apresentadas nas escolas de maneira acessível e envolvente, pensando o papel e o impacto que a educação se apresenta na conscientização sobre um aspecto da cultura negra e sua valorização, como apregoa a Lei 10.639/2003, legislação que no Brasil tem sido um instrumento no combate ao preconceito e a exclusão social e racial.

A sociedade brasileira é um mosaico de influências culturais que se cruzam, formando uma identidade rica e diversificada. Entre essas influências, as tradições bantu se destacam por sua profundidade e relevância na sua formação.

Os povos bantu, originários da África Central e Ocidental, trouxeram consigo uma vasta gama de saberes, costumes e valores que, ao longo dos séculos, se misturaram com outras culturas no Brasil, especialmente durante o período da escravidão. Essa integração cultural não apenas enriqueceu a identidade nacional, mas também gerou desafios e oportunidades para a valorização das tradições africanas na educação brasileira.

A presença da cultura bantu no Brasil é visível em várias manifestações culturais, incluindo a música, a dança e as religiões afro-brasileiras. Além disso, muitas práticas religiosas afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, incorporam elementos das crenças bantu, mostrando como essas tradições continuam vivas na sociedade.

Desta forma, é de suma importância examinar as políticas públicas voltadas para a educação étnico-racial no Brasil. Desde a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatória nas escolas públicas e privadas o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Sobre isso, considera-se que este processo tem evoluído ainda de forma insatisfatória, já que a inclusão das tradições africanas no currículo escolar se mostra de forma incompleta. Isso tem revelado que há muitos desafios a serem enfrentados para garantir uma inclusão que seja efetiva e significativa.

A discussão teórica deste trabalho, conta com a contribuição de autores como Fourshey, Gonzales e Saidi (2019), Nilma Gomes (2025), Ivan Costa Lima (2025) entre outros/as para se pensar esta temática, como forma de se ampliar esta temática nos sistemas de ensino.

Portanto, para concretização desta pesquisa utilizamos uma abordagem metodológica bibliográfica e documental que envolve a análise de textos acadêmicos, artigos, livros e documentos históricos. Assim como, ampliando-se a reflexão crítica desse conhecimento de

base histórica do tempo presente, que se caracteriza por analisar elementos do passado e do presente, indagando suas rupturas e permanências para o entendimento da atualidade. Tal dimensão, coloca em evidência diferentes processos sociais que são atravessados por construções anteriores, lembranças e experiências de diferentes grupos.

Conforme anota Delgado e Ferreira (2013, p. 5): “A história do tempo presente está associada a ideia de um conhecimento provisório que sofre alterações ao longo do tempo. Isso significa dizer que ela se reescreve constantemente [...] mediante acréscimos, revisões e correções”. Desta forma, pretende-se articular presente e passado para situar as permanências e mudanças ocorridas com as religiões de matrizes africanas no Brasil. Bem como, evidenciar suas lutas sociais por reconhecimento e de processos organizativos que se colocam no combate ao racismo e as intolerâncias religiosas presentes na cena pública.

Por outro lado, como um dos autores ser adepto as religiões de matrizes africanas, apresentamos como categoria filosófica analítica de base afro-brasileira “da porteira de fora para a porteira de dentro”, que tem em sua gênese no modo de pensar de Mãe Senhora para tratar da existência quanto ao agir e pensar do(a) pesquisador(a), que se utiliza de uma metodologia desde fora e desde dentro. Categoria, posteriormente, sistematizada por Luz (2017), que nos explica:

[...] a metodologia desde fora refere-se aos procedimentos utilizados pelo pesquisador, cujas impressões limitam-se a atender apenas ao seu próprio quadro de referências. A metodologia desde dentro procura estabelecer entre o pesquisador e o grupo social, do qual ele se aproxima, experiências em nível pessoal, intergrupar, em que o universo simbólico e os elementos que o integram, só podem ser absorvidos num contexto dinâmico, ancorado na realidade própria do grupo social que constitui o núcleo da pesquisa. (Luz, 2017, p. 21-22).

Desta forma, articulado a esta dimensão, busca-se ampliar a compreensão sobre o arcabouço analítico, propiciado pelas concepções trazidas por cosmovisões elaboradas ao longo do processo de formação do sistema cultural de base africana e sua continuidade no escravismo criminoso no Brasil, neste caso da tradição bantu e o candomblé de Angola.

Espera-se que esta dinâmica coloque em evidência a necessidade em ampliar o debate sobre esta história na formação dos educadores/as dos sistemas de ensino brasileiro, salientando-se a necessidade de se construir uma educação que efetive o respeito às diferenças, de forma crítica e antirracista.

Nesse caso, abordamos as tradições bantu e sua influência no Brasil, para analisar o impacto de uma formação de educadores/as que valorize as filosofias bantu, como forma em se criar uma prática pedagógica inclusiva e transformadora que respeita e celebra a diversidade cultural, conforme indicam os estudos de Sato e Pellón (2023), no que se refere a formação continuada com enfoque na interculturalidade.

Além disso, discutimos sobre a epistemologia de terreiros que diz respeito a um movimento de intelectuais, que defendem os terreiros como espaços de ensino-aprendizagem, de saber e viver para além de uma abordagem religiosa, tal perspectiva foi trazida para refletir sobre a tradição. Desta forma, o espaço do terreiro como aquele em que circula o axé se constitui em um lugar atemporal, caracterizado por métodos próprios de aprender e de ensinar: “Os nossos mais velhos aprenderam a fazer observando, imitando e admirando os seus mais velhos nos seus saberes e fazeres.” (Machado, 2013, p. 41).

Como isso, vislumbra-se estudos aonde segundo Macedo; Maia e Santos (2019, p.13):

Os saberes construídos cotidianamente no universo de terreiros de Candomblé, sua história oral, tradição, axé e ancestralidade afro-brasileira são epistemologias decoloniais, uma Pedagogia de Terreiro que tem muito a contribuir para a formação do sujeito e de sua identidade. Em nosso caso, recuperando-se a trajetória histórica e filosófica da tradição bantu, que diz respeito a uma história abrangente dentro e fora do continente africano.

Neste sentido, é necessário ampliar o conhecimento sobre os bantu, olhando as formas organizativas e filosóficas constituídas nos terreiros e na produção, ainda que incipiente sobre o tema, como contribuição em romper com os equívocos que ainda recaem sobre essa tradição.

3 DESENVOLVIMENTO

Nessa seção, abordaremos alguns elementos que caracterizam a importância da tradição bantu, a partir de elementos históricos e filosóficos.

3.1 Bantu no continente africano

Para entender melhor como essa cultura influenciou a sociedade brasileira, é importante primeiro explorar suas origens e desenvolvimentos na África. As autoras Catherine Cymone Fourshey, Rhonda M. Gonzales e Christine Saidi (2019), em sua obra “África Bantu de 3.500

a.C. até o presente”, oferecem uma visão abrangente sobre a trajetória dos povos Bantu, suas crenças, práticas e contribuições culturais.

Os povos bantu são um grupo étnico que se espalhou por diversas regiões da África Subsaariana, onde sua migração começou há cerca de mais 4.000 mil anos, quando grupos de agricultores e pastores começaram a se mover para o sul e para o leste, trazendo consigo suas línguas, conhecimentos agrícolas e técnicas de metalurgia. De acordo com Fourshey, Gonzales e Saidi (2019, p. 21):

Ao longo de mais de cinco mil anos, os falantes das línguas descendentes do Bantu estabeleceram comunidades na maior parte da África Subsaariana. Este é um dos maiores conjuntos de migrações - em escala e duração no tempo - conhecido em todo mundo. Atravessando paisagens vastas e variadas, povos linguisticamente relacionados, descendentes do Bantu desenvolveram economias, sistemas políticos, ideologias religiosas e práticas culturais únicas.

Essa migração foi um marco importante na história da África, pois resultou na formação de novas comunidades e na troca cultural entre diferentes grupos. A língua bantu é uma das características mais marcantes dessa cultura, ela inclui centenas de variantes que são faladas em países como Angola, Moçambique, Congo, Quênia entre outros. A agricultura desempenhou um papel importantíssimo na vida dos povos bantu, eles cultivavam alimentos como milho, sorgo e feijão, o que lhes permitiu estabelecer assentamentos permanentes e desenvolver sociedades mais complexas. Além disso, eram conhecidos por suas habilidades em metalurgia: a fabricação de ferramentas de ferro, permitindo-lhes melhorar suas técnicas agrícolas e aumentar a produção de alimentos.

Os povos bantu praticam rituais ancestrais para honrar seus antepassados, acreditando que esses espíritos podem influenciar suas vidas diárias. Essas práticas espirituais são fundamentais para a coesão social das comunidades bantu e refletem uma profunda conexão com a terra e com seus ancestrais.

Fourshey, Gonzales e Saidi (2019) ainda discutem que com o passar do tempo, os povos bantu encontraram-se em contato com outras culturas africanas e com colonizadores europeus, essas interações resultaram em trocas culturais significativas, mas também trouxeram desafios como conflitos territoriais e a escravidão.

Durante o período colonial, muitos africanos foram forçados a deixar suas terras e foram trazidos para as Américas como escravizados. Essa diáspora forçada teve um impacto profundo

na cultura afro-brasileira. Os traços das tradições bantu podem ser vistos nas religiões afro-brasileiras como o Candomblé e a Umbanda, onde elementos da espiritualidade bantu foram incorporados às práticas religiosas locais. Conforme aponta Lima (2022, p.7):

Assim, ligados à tradição bantu teremos a constituição do candomblé de Angola, candomblé de caboclo ou Congo-Angola, bem como da base de constituição de confrarias católicas e base de matrizes africanas no nascimento da Umbanda no Brasil.

Portanto, essas influências culturais são essenciais para entendermos não apenas o passado dos povos bantu na África, mas também seu impacto contínuo na sociedade brasileira.

3.2 Breve panorama da presença bantu no brasil

A presença bantu no Brasil é um tema de grande relevância quando se fala sobre a construção da identidade cultural brasileira. Os bantu são um grupo étnico que se originou na África Central e que, ao longo dos séculos, espalhou-se por diversas regiões do continente africano. A chamada diáspora africana, impulsionada pelo tráfico de escravizados entre os séculos XVI e XIX, trouxe um enorme número de indivíduos bantu para o Brasil, onde suas tradições e culturas se misturaram com as de outros povos africanos e com as culturas indígenas e europeias.

Neste enfoque, retoma-se por exemplo a importância desta tradição como dimensão civilizatória em princípios que qualificam sua existência, assim *Ntu*, *Muntu*, *Bantu* e *Ubuntu* são termos que dão significados a esta pesquisa. *Ntu*, significa o princípio da existência de tudo (Cunha Jr, 2010, p. 26). Para esse autor:

O *Muntu* é a pessoa, constituída pelo corpo, mente, cultura e principalmente, pela palavra. A palavra com um fio condutor da sua própria história, do seu próprio conhecimento da existência. A população, a comunidade é expressa pela palavra *Bantu*. A comunidade é histórica, é uma reunião de palavras, como suas existências. No *Ubuntu*, temos a existência definida pela existência de outras existências. Eu, nós, existimos porque você e os outros existem; tem um sentido colaborativo da existência humana coletiva. (Cunha Júnior, 2010, p. 26).

De fato, essas e outras expressões refletem a organização de uma filosofia do ser humano, como parte da existência da ideia de pessoa na filosofia africana, contribuindo para um debate sobre o personalismo africano.

No Brasil, essa matriz conforma as religiões afro-brasileiras, já que a própria expressão *candomblé* tem origem em expressões bantu, como indica Lopes (2020, p. 20): “A palavra *candomblé*, entretanto, é certamente de origem banta, tendo como raiz o *quimbundo kiandombe* ou o *quicongo ndombe*, ambos significando negro [...]”. Assim, tem-se a constituição do *candomblé* de Angola, *candomblé* de caboclo ou Congo-Angola, tendo como base a organização de confrarias católicas e base de matrizes africanas no nascimento da Umbanda no Brasil.

Lima e Santos (2022, p. 2) discutem a importância da valorização das tradições culturais, especialmente as de origem africana, no contexto brasileiro, por conta de diferentes ciclos trazidos pela escravização. Assim, apresentam que:

O escravismo criminoso, no dizer de Cunha Júnior (2011), registra-se ciclos de presença de populações de origem africana, Ciclo da Guiné; Ciclo Angola-Congo; Ciclo da Costa da Mina e Ciclo da Baía do Benim. Esses sujeitos trazem, além de experiências e conhecimentos que influenciaram de forma evidente a sociedade brasileira, a constituição de formas religiosas, que serão forjadas de forma a acomodar diferentes tradições em solo brasileiro. (Lima; Santos, 2022, p. 3).

Entretanto, a presença bantu no Brasil não se circunscreve apenas à sua contribuição cultural, mas também à luta por reconhecimento e respeito dentro da sociedade. O tráfico de escravizados foi uma das maiores tragédias da história humana, milhões de africanos foram forçados a deixar suas terras, suas famílias e suas culturas, entre eles, muitos pertenciam ao grupo bantu, esses indivíduos trouxeram consigo sua herança cultural que inclui línguas, religiões, danças e práticas agrícolas. De acordo com Adolfo (2010, p.1),

Os bantu, no Brasil, têm um papel preponderante na formação da nacionalidade brasileira, e, nesse sentido, muitos estudos têm sido elaborados, tocantes, principalmente, à linguagem, às contribuições linguísticas ao português brasileiro, sobretudo as advindas do *Kimbundo* e do *Kikongo*. Quanto aos estudos sobre as contribuições na área da cultura popular, caso das *congadas*, dos *reisados* e da *capoeira* de Angola, observa-se que, além das pesquisas já concluídas, há vários estudiosos empenhados em desenvolvê-las.

O histórico da presença bantu no Brasil é marcado por lutas e resistência diante das dificuldades impostas pelo colonialismo e pelo racismo estrutural, no entanto, essa história também é rica em contribuições culturais que moldaram a identidade brasileira.

3.3 Religião e espiritualidade

A tradição bantu, que se desenvolveu a partir de povos que habitaram regiões da África Central, traz consigo uma riqueza cultural e espiritual que se entrelaçou com a formação da sociedade brasileira, especialmente devido ao processo de escravidão. A espiritualidade bantu é marcada por uma forte conexão com a natureza e aos ancestrais, acredita-se que os espíritos dos antepassados estão sempre presentes e influenciam a vida dos vivos. Conforme explicita Daibert (2015, p.3):

Segundo a tradição religiosa banto, a vida é sustentada por um Ser Supremo que reina sobre o universo e sobre os homens de modo distante, porém benéfico. Todos os povos que compartilhavam a cosmovisão banto acreditavam em um deus único, supremo e criador, chamado de Kalunga, Zambi, Lessa ou Mvidie, entre outros nomes, de acordo com o grupo étnico específico e com os atributos que se pretendia destacar nessa divindade, como a totalidade da vida, a superação de tudo em todos, a força e a inteligência.

Historicamente, acompanhando os canais de comunicação, temos acompanhado a marginalização dessa prática religiosa de matriz bantu no Brasil que também é um espaço de resistência e afirmação cultural.

Assim, a constituição do candomblé de Angola, candomblé de caboclo ou Congo-Angola, tem uma história anterior que remonta ao culto dos ancestrais africanos, que dão base de sustentação na constituição de confrarias católicas. Bem como, ao trazerem suas concepções filosóficas dão bases as matrizes africanas, que influenciará no nascimento da Umbanda³ no Brasil.

Sobre isto, reforça-se que o candomblé de Angola no Brasil vai se caracterizar como a manutenção de uma experiência religiosa bantu, ancorada na reverência a uma divindade única e suprema, mas conhecida como *Nzambi ou Nzambiapungo*, de onde emana toda a energia vital. Para intermediar as interações entre o ser supremo, os seres humanos, os ancestrais e os antepassados, tem-se as divindades mais conhecidas como *Nkissi* ou em português inquices.

³ Diferentes estudos têm apontados que a Umbanda, para além de uma religião brasileira, teria sua origem nos chamados calundus, religião popular de tradição bantu. Ver Machado (2015).

Vinculado ao culto do ancestral emerge a expressão candomblé de caboclo, tradição bantu que reverencia os povos originários no Brasil, onde os indígenas são cultuados como ancestral encantado, os caboclos, reforçando o diálogo que ampliou de forma significativa o respeito aos antepassados desta terra como entidades a serem cultuadas no Brasil.

Com isso, indicamos que o estudo sobre o tema pode fornecer dimensões significativas, no que se refere a formação de educadores/as, que, no entanto, tem se limitado a pensar uma forma unidirecional, deixando de discutir a riqueza de conhecimentos trazidos por africanos descendentes da tradição bantu, em especial, os países hoje denominados como Angola e Moçambique.

Esta importância é reforçada pelo professor Dagoberto Fonseca (2024) que afirma a partir do livro “Um povo, duas nações: Angola e Brasil o mundo Bantu no Atlântico”, que a história dos que construíram o Brasil e foram os seus principais colonizadores a partir do século XVI, foram os Bantu. Especialmente os povos de Angola, que marcaram com sua presença e protagonismo a cultura e a nação que fomos ontem e o que somos hoje.

Compreender o universo ritualísticos realizados nos terreiros diz respeito a momentos de celebração, onde os participantes se conectam com suas origens e reforçam laços comunitários, uma luta fundamental para combater o preconceito racial e promover o respeito pela diversidade.

3.4 Educação e o combate ao preconceito e a exclusão social

Como visto anteriormente, os povos bantu trouxeram para o Brasil não apenas suas tradições, mas também suas lutas, no entanto, muitas vezes são alvo de preconceito e da exclusão social. Desta forma, discute-se que a escola tem um papel preponderante para este combate, considerando o que afirmam Silva e Brandim (2008, p.55), em que:

Em função dessa realidade, a educação em geral e, mais especificamente, a escola e os professores são encarados como “esperança de futuro”, sendo pressionados a repensar o seu papel diante das transformações em curso, as quais demandam novos saberes, novas competências, um novo jeito de pensar e de agir, enfim, um novo perfil de formação do cidadão.

Desta forma, apresentamos que uma educação inclusiva não se limita apenas ao ensino formal, mas ela é um instrumento poderoso de transformação social, devendo envolver toda a

comunidade e os projetos político pedagógicos (PPP), que fomentem a inclusão e o respeito à diversidade. Pois, quando se trata de tradições culturais, especialmente aquelas que emergem de contextos historicamente marginalizados, como as tradições bantu, a educação assume um papel ainda mais central, o que implica pensar formas de reconhecer, valorizar e incorporar as identidades plurais em políticas e práticas curriculares.

A educação desempenha um papel vital na desconstrução de estereótipos e preconceitos associados às culturas africanas. Para tanto, os/as professores/as devem estar preparados para abordar temas relacionados às culturas afro-brasileiras com sensibilidade e respeito, fato que inclui promover formação continuada para os docentes sobre diversidade cultural e práticas pedagógicas inclusivas. De acordo com Lima (2007, p.12):

A efetivação de uma pedagogia multirracial e popular prescinde da compreensão e reconhecimento por parte da escola e dos educadores, que vivem em uma realidade multirracial, portanto, a escola é multirracial. Isso significa romper com as bases do pensamento pedagógico clássico e, também, com o sistema educacional brasileiro, que historicamente se pauta em uma pedagogia que respalda e justifica, pela óptica da civilização ocidental, a desvalorização e as contribuições das civilizações africana e indígena.

Muitas vezes, as representações negativas da cultura negra perpetuam discriminações raciais, porém, é importante ressaltar que o reconhecimento dessas culturas contribui para o combate à desigualdade racial no Brasil. Portanto, essa abordagem educativa não deve ser vista apenas como uma responsabilidade do sistema escolar, cada um de nós tem um papel nesse processo. Em especial, a formação continuada dos professores/as deve incluir temas relacionados à história africana e afro-brasileira, com estratégias para lidar com preconceitos raciais em sala de aula. Como apregoa Paulo Freire a educação não muda o mundo; educação muda pessoas. Pessoas mudam o mundo. Essa mudança começa na sala de aula e se estende para fora dela.

3.5 Educação e valorização cultural: a lei 10.639/2003 no Brasil

A Lei 10.639, sancionada em 2003, é um marco importante para a educação brasileira, pois torna obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas. Para Gomes (2011, p. 8):

É possível perceber o seu potencial indutor e realizador de programas e ações direcionados à sustentação de políticas de direito e de reforço às questões raciais em uma perspectiva mais ampla e inclusiva. Esses vêm sendo realizados pelo MEC e, em graus muito diferenciados, pelos sistemas de ensino. No entanto, dada a responsabilidade do MEC, dos sistemas de ensino, das escolas, dos gestores e dos educadores na superação do racismo e na educação das relações étnico-raciais, as iniciativas para a concretização dessa política ainda carecem de enraizamento. A sua efetivação dependerá da necessária mobilização da sociedade civil a fim de que o direito à diversidade étnico-racial seja garantido nas escolas, nos currículos, nos projetos político-pedagógicos, na formação de professores, nas políticas educacionais etc.

A implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas brasileiras representa um passo significativo em direção à valorização das tradições culturais afro-brasileiras, tendo em vista que a educação não deve ser apenas um meio de transmissão de conhecimento, deve também ser um espaço para celebrar identidades diversas e promover o respeito mútuo entre diferentes culturas. As tradições bantu têm muito a ensinar sobre resistência, resiliência e criatividade, portanto, ao integrar essas tradições no currículo escolar, não estamos apenas cumprindo uma exigência legal, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Discutir o impacto de uma educação que valoriza essas tradições culturais é essencial para entender como elas moldam a identidade brasileira. A autora Nilma Lino Gomes enfatiza que a educação antirracista deve ser uma prioridade nas escolas, promovendo o respeito e a valorização das culturas afro-brasileiras. Gomes (2011, p.7):

Ao colocar a diversidade étnico-racial e o direito à educação no campo da equidade, o Movimento Negro indaga a implementação das políticas públicas de caráter universalista e traz o debate sobre a dimensão ética da aplicação dessas políticas, a urgência de programas voltados para a efetivação da justiça social e a necessidade de políticas de ações afirmativas que possibilitem a efetiva superação das desigualdades étnico-raciais, de gênero, geracionais, educacionais, de saúde, moradia e emprego aos coletivos historicamente marcados pela exclusão e pela discriminação.

O racismo estrutural⁴ presente na sociedade muitas vezes se reflete nas instituições educacionais, muitas escolas ainda carecem de formação adequada para os/as professores/as sobre diversidade cultural e história afro-brasileira. Integrando as narrativas africanas-bantu no currículo escolar, conforme ordena a Lei 10.369/2003, os/as educadores/as podem criar um

⁴ Racismo estrutural diz respeito ao reconhecimento de que ele se expressa em todas as esferas, seja pública ou institucional.

ambiente onde os/as alunos/as se sintam valorizados e reconhecidos em sua identidade cultural. Significa também, que promoverão o respeito às diversidades culturais que compõem o mosaico brasileiro, no entanto, é necessário um esforço conjunto entre governo, escolas e comunidades para garantir que essa lei seja efetivamente cumprida; e que haja investimento em formação continuada para educadores/as para que possam abordar esses temas com sensibilidade e profundidade. Para Araújo (2024, p.10):

A educação desempenha um papel fundamental na formação da identidade e na construção de uma consciência crítica sobre questões raciais. É preciso oferecer às crianças um ambiente que não apenas reconheça, mas celebre a diversidade, promovendo a autoestima e o respeito desde cedo.

Portanto, a valorização das culturas afro-brasileiras deve ser um compromisso coletivo para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação rica em diversidade cultural e histórica. Portanto, continuemos promovendo essa discussão nas escolas e comunidades para construir um Brasil mais justo e igualitário.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta discussão, ficou evidente que a valorização dessas tradições na educação é essencial não apenas para preservar a cultura afro-brasileira, mas também para promover um ambiente de respeito e inclusão nas escolas. Pois, a educação que incorpora as tradições Bantu vai além do simples ensino de conteúdo, ela se torna uma ferramenta poderosa para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Reconhecer e celebrar as contribuições dos povos bantu, a escola criará um espaço onde todos os/as alunos/as se sintam valorizados e representados e isso é crucial em um país marcado pela diversidade étnica e cultural, onde o respeito mútuo é fundamental para a convivência pacífica.

Os desafios ainda são muitos, especialmente em relação à implementação efetiva das políticas públicas que visam à inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar apesar da Lei 10.369/2003. A formação contínua de professores/as e o investimento em recursos pedagógicos adequados como incluir a literatura negra afro-brasileira e africana nos currículos escolares, são passos essenciais para garantir que essa valorização aconteça de maneira significativa e impactante.

Para tanto, conforme os objetivos da pesquisa ampliou-se este debate na participação de diferentes eventos científicos, onde se buscou mostrar a importância desse conhecimento na educação, em especial no Ciclo Formativo da Pedagogia, realizado de março a maio, na Unilab, direcionado a ampliar o conhecimento oriundos povos tradicionais.

Assim, considera-se que, as tradições Bantu são uma parte importantíssima da cultura brasileira, e sua inclusão na educação deve ser encarada como uma prioridade, o respeito pela diversidade cultural não apenas enriquece o aprendizado, mas também contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos em relação às diferenças, portanto, é fundamental que continuemos a lutar por uma educação que valorize essas tradições.

REFERÊNCIAS

ADOLFO, S. P. Candomblé bantu na pós-modernidade. **Revista Brasileira de História das Religiões**, 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/ENSINO/RELIGIO/4candomble_bantu.pdf. Acesso em: 03 jun. 2025.

ARAÚJO, A. M. dos S. **Reconhecimento racial no primeiro ano do ensino fundamental: experiências no contexto de uma escola municipal de Nazária, Piauí / Ayla Miceia dos Santos Araújo**. -2024. 138 f. Disponível em: https://ufpi.br/images/arquivos_download/PPGED/PUBLICAES/Teses%20publicadas/Ayla%20Dissertao%20final.pdf. Acesso em: 09 jun. 2025.

CUNHA JR, H. NTU: introdução ao pensamento filosófico bantu. **Educação em debate**. v. 1, n. 59, Fortaleza: UFC, 2010.

DAIBERT, R. A religião dos bantos: novas leituras sobre o calundu no Brasil colonial. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 28, n. 55, p. 7-25, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/hgxBJQTRjZLHVHcF7Jpf4bw/?lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2025.

DELGADO, A.N.; FERREIRA, M. de M. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 19–34, 2014. DOI: 10.20949/rhhj.v2i4.90. Disponível em: <https://rhhj.emnuvens.com.br/RHHJ/article/view/90>. Acesso em: 31 ago. 2024.

FONSECA, D. **Um povo, duas nações: Angola e Brasil o mundo Bantu no Atlântico**. Dandara, 2024.

FOURSHEY, C. C.; GONZALES, R. M.; SAIDI, C. **África Bantu: de 3500 ac até o presente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico Científico editado pela ANPAE**, v. 27, n. 1, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19971/11602> Acesso em: 04 jun. 2025.

LIMA, I. C. Universidade, movimentos sociais e relações raciais: educar para novas relações sociais. **Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**, v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/view/577> Acesso em: 02 jun. 2025.

LIMA, I. C.; SANTOS, F. D. S. Educação e tradição bantu: Paradigmas teóricos para a formação de educadores/as. **Anais dos Simpósios da ABHR**, v. 18, 2022. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/2336>. Acesso em: 02 jun. 2025.

LOPES, D. F. F. "Relatório de Estágio Profissional: Aprender a ensinar para ensinar a aprender". 2015. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/81970/2/37703.pdf> Acesso em: 09 jun. 2025.

LOPES, N. **Bantos, malês e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LUZ, M. A. **Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira**. Salvador: Edufba, 2017.

MACEDO, Y. M. M.; MAIA, C. B.; SANTOS, M. F. Pedagogia de terreiro: pela decolonização dos saberes escolares. **Vivências, [S. l.]**, v. 15, n. 29, p. 13–26, 2019. Disponível em: <http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/50>. Acesso em: 10 ago. 2025.

MACHADO, V. S. **O cajado de Lemba: o tempo no candomblé de nação Angola**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

MELO, T. de B. **Paisagens negras: corpo, diáspora e pertencimento nas cidades brasileiras do século XIX**. 2022. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=12011580150575191024&hl=pt-BR&as_sdt=0,5 Acesso em: 03 jun. 2025.

SATO, C. M.; PELLÓN, E.G. Formação continuada de professores em educação intercultural: um estudo de caso em antropologia educacional. **Educ. Form., [S. l.]**, v. 8, p. e10357, 2023. DOI: 10.25053/redufor.v8.e10357. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/10357>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SILVA, M. J. A.; BRANDIM, M. R. L. Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural. **Diversa**, Ano 1, v. 1, p. 51-66, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342794614_Multiculturalismo_e_Educacao. Acesso em: 09 jun. 2025.

Recebido em: 28/08/2025
Aprovado em: 29/11/2025